

DESEMPENHO ESCOLAR: Uma Análise dos Indicadores Educacionais das Redes Públicas Municipais do Estado do Piauí nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Clemilton Gomes de Sousa¹

Rodrigo Gustavo de Souza²

José de Ribamar Sá Silva³

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar quais fatores foram determinantes para explicar a divergência entre os resultados do Ideb dos municípios do estado do Piauí nos anos iniciais do ensino fundamental nas redes públicas municipais. Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está dividido em três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira seção é abordado os principais aspectos teóricos da economia da educação. A segunda seção apresenta os aspectos conceituais e metodológicos do Ideb. Na terceira seção é analisado os resultados dos indicadores educacionais dos municípios do Piauí e os fatores que foram determinantes para explicar a divergência entre os resultados do Ideb nos municípios do estado do Piauí. Neste estudo, constatou-se que a formação superior dos professores e a adequação da formação docente foram fatores determinantes para explicar a divergência dos resultados do Ideb entre os municípios piauienses.

Palavras-chave: Economia da Educação; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Indicadores educacionais.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify which factors were determinant in explaining the divergence between the Ideb results of the municipalities of the state of Piauí in the early years of elementary education in the public municipal networks. To achieve the proposed objective, this article is divided into three sections, besides the introduction and the conclusion. The first section discusses the main theoretical aspects of the economics of education. The second section presents the conceptual and methodological aspects of the Ideb. The third section analyzes the results of the educational indicators of the municipalities of Piauí and the factors that were determinant in explaining the divergence between the Ideb results in the municipalities of the state of Piauí. In this study, it was found that the higher education of teachers and the adequacy of teacher training were determining factors to explain the divergence of Ideb results among the municipalities of Piauí.

Keywords: Economics of Education; Basic Education Development Index; Educational Indicators.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA); e-mail: clemiltongomess@gmail.com.

² Professor Doutor do Departamento de Economia (DECON/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA); e-mail: rodrigo.gustavo@ufma.br.

³ Professor Doutor do Departamento de Economia (DECON/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA); jose.sa@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

A literatura da economia da educação tem concentrado esforços nos últimos anos em estudar os fatores determinantes do desempenho dos estudantes. No Brasil, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) tem sido amplamente utilizado nas pesquisas para avaliar o desempenho dos estudantes da educação básica.

Nesse contexto, Teresina é a capital da brasileira que apresentou o melhor Ideb do país nos últimos anos, tanto nos anos iniciais do ensino fundamental, como nos anos finais. Outros municípios do estado Piauí também vêm se destacando no cenário nacional com ótimos resultados no Ideb, mesmo em um cenário com indicadores socioeconômicos ruins, quando comparado a outros estados.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é identificar quais fatores foram determinantes para explicar a divergência entre os resultados do Ideb dos municípios do estado do Piauí no anos iniciais do ensino fundamental na rede pública municipal.

Os anos iniciais do ensino fundamental foram escolhidos, pois é a etapa de ensino em que o estudante é alfabetizado e adquire as habilidades de ler e escrever. A escolha por escolas municipais justifica-se pela proporção de matrículas em relação às outras redes de ensino.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está dividido em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção é abordado os principais aspectos teóricos da economia da educação. Na segunda seção são apresentados os aspectos conceituais e metodológicos do Ideb. Na terceira seção é analisado os resultados dos indicadores educacionais dos municípios do Piauí e os fatores que foram determinantes para explicar a divergência entre os resultados do Ideb nos municípios do estado do Piauí.

2 ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

Os estudos da moderna economia da educação tiveram início em meados dos anos 1950 com os trabalhos de Mincer (1974), Schultz (1961), Becker (1964), dentre outros. No início, a disciplina era tratada como sendo parte integrante de um campo mais amplo sobre investimentos em capital humano⁴ (BECKER, 2011).

⁴ Edvinsson e Malone (1998) conceituam o capital humano como toda a capacidade, conhecimento, habilidades e experiências individuais dos trabalhadores, juntando-se aí elementos como

Para Murnane et. al. (1995), o capital humano é o fator principal na determinação da taxa de crescimento e do bem-estar de um país. A economia da educação, enquanto área de estudo e pesquisa, surge nos Estados Unidos na Universidade de Chicago, e foi proposta por um grupo de estudiosos do desenvolvimento econômico, inspirados na teoria econômica neoclássica.

Theodore Schultz (1961) foi o principal idealizador desta proposta. O referido autor afirma que a educação é o maior investimento que o homem pode se proporcionar, pois o tornará um trabalhador mais produtivo e capaz de obter melhores retornos no mercado de trabalho.

Com o passar do tempo, vários economistas e outros pesquisadores começaram a dedicar esforços para identificar os mais variados aspectos da formação educacional dos indivíduos, consolidando esse campo de pesquisa em economia (LOMBARDI-FILHO; OLIVEIRA, 2017).

Neste sentido, Waltenberg (2006) esclarece que a economia da educação possui dois campos de pesquisa, um macroeconômico e outro, microeconômico. O campo macroeconômico trata das análises do valor econômico da educação e sua contribuição para o crescimento econômico de um país, constituindo-se em um fator de produção, além do capital e do trabalho, estando assim integrado nos modelos como variável independente.

Por outro lado, o enfoque microeconômico das pesquisas da economia da educação analisa o funcionamento dos sistemas educacionais, a eficiência na alocação dos recursos e o atingimento de objetivos dos sistemas escolares, sendo incorporada nos modelos econométricos como variável dependente (WALTENBERG, 2006).

Esta pesquisa utiliza o enfoque microeconômico, já que analisa os objetivos do sistema educacional por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) , indicador educacional, amplamente utilizado no Brasil para avaliar o desempenho dos estudantes da educação básica.

3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 2007, com a instituição do Compromisso Todos pela Educação no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a edição do Decreto nº 6.094, que

instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, surge o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com o objetivo de mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro, estabelecendo um sistema de metas bienais do Ideb para o País, redes de ensino e escolas públicas, no período de 2007 a 2021 (BRASIL, 2016).

O Ideb é calculado a partir dos dados sobre fluxo escolar (taxa de aprovação), obtidos no Censo Escolar realizado todos os anos, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, aplicadas no 5º e 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. De acordo com a nota técnica do INEP (2019), o cálculo do Ideb é feito conforme a Equação 2:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} \cdot P_{ji}; 0 \leq N_{ji} \leq 10; 0 \leq P_{ji} \leq 1 \text{ e } 0 \leq P_{ji} \leq 10 \quad (2)$$

Em que,

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

O Ideb varia de zero a 10, e é um balizador das políticas públicas de educação. Embora o Ideb seja amplamente utilizado nas pesquisas e na avaliação do desempenho dos estudantes, este indicador sofre críticas de ordem pedagógica e metodológica. Almeida, Dalben e Freitas (2013) afirmam que o Ideb não é um indicador de qualidade, mas um indicador de resultados de proficiência, e a pretensão do Ideb de sumarizar a qualidade de ensino oferecida a partir de apenas dois fatores não parece viável, já que é incapaz de refletir a realidade das escolas.

Na visão de Paschoalino e Fidalgo (2011), a avaliação sistêmica dos alunos privilegia um currículo que valoriza apenas duas áreas de conhecimento: o Português e a Matemática. As cobranças para o desempenho nessas disciplinas, a partir do Ideb, cresceram e comprometeram a formação mais ampla dos alunos.

Quanto às críticas metodológicas, Fernandes e Gremaud (2009) citam que o Ideb mede com erros, sistemáticos ou aleatórios, o que se propõe a avaliar e há uma tendência de excluir alunos com baixa proficiência. Além disso, Fernandes (2016) esclarece que isso pode incentivar práticas de *gaming* por parte das escolas ou dos sistemas de educação, que consiste em treinar e/ou motivar apenas os estudantes

mais bem preparados a realizar os testes.

Apesar de o Ideb apresentar alguns pontos negativos, Garcia et al. (2016) reconhece o IDEB, como uma política educacional pública que auxilia na luta contra o fracasso escolar, amplia as possibilidades de mobilização da sociedade em prol de uma educação de qualidade e permite o acompanhamento das metas de ensino. O Ideb tem mérito e deve ser valorizado, pois junta dois elementos importantes que pareciam irreconciliáveis: taxas de aprovação com o desempenho dos alunos (MACHADO; ALAVARSE, 2014).

4 INDICADORES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DO PIAUÍ

As escolas da rede pública municipal detêm majoritariamente as matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil. Quando se trata apenas de escolas públicas, de acordo com os dados do último Censo Escolar, a rede municipal possui 83,7% das matrículas nas escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental e, por isso, a análise dos resultados dessa rede é tão importante (INEP, 2020).

Analisando o Ideb das capitais brasileiras, Teresina se destaca com um Ideb muito acima da média do Brasil, tendo alcançado o patamar de melhor Ideb entre as capitais. A capital piauiense obteve a maior nota tanto em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, com 7,4 de média, em relação aos anos finais do ensino fundamental, com 6,3.

Esta é a segunda vez que Teresina consegue este desempenho no ranking. Em 2017 chegou ao primeiro lugar no ranking das capitais. O relatório da ONG Todos Pela Educação (2020) aponta que Teresina, mesmo sendo a terceira capital com menos recursos financeiros para investir por aluno no ensino fundamental, consegue atingir o melhor resultado no Ideb.

Outro fato que não pode ser ignorado é que Teresina alcançou estes resultados mesmo em um contexto desafiador, na medida em que é uma das capitais mais pobres do Brasil, com um dos menores PIB per capita do país, ocupando a 23ª posição entre as capitais brasileiras e a 7ª entre as nordestinas. Já o estado do Piauí tem o segundo menor PIB per capita do Brasil, ficando à frente apenas do estado do Maranhão. Tais estados figuram nas piores posições quando se trata de indicadores socioeconômicos (SILVA; ADRIÃO; ALMEIDA, 2020).

Apesar de apresentar um dos piores indicadores socioeconômicos do país, o estado do Piauí conseguiu alcançar todas as metas projetadas, desde o início da série histórica do Ideb, porém, ainda estão abaixo da média nacional (Quadro 1).

QUADRO 1 – RESULTADOS E METAS DO IDEB DA REDE PÚBLICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 2005 A 2019.

Piauí	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Ideb Observado	2,6	3,3	3,8	4,1	4,1	4,6	5,0	5,4
Metas Projetadas		2,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6

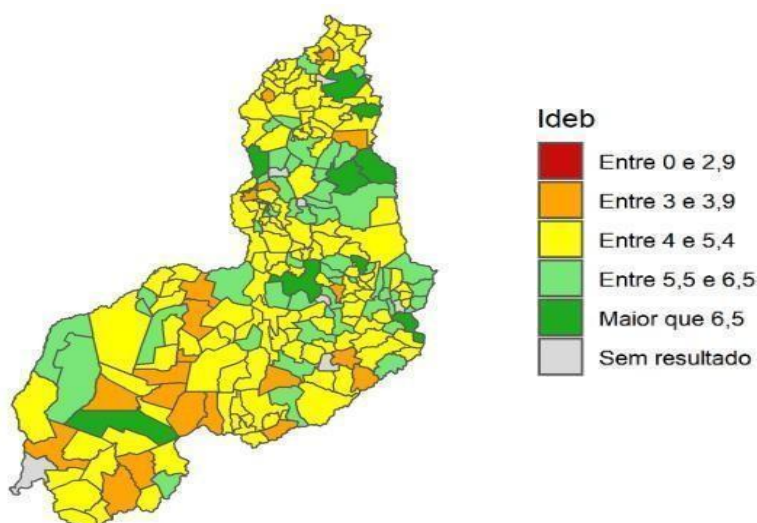
FONTE: INEP (2021).

Na última edição do Ideb, 67,3% dos municípios do estado do Piauí atingiram a meta estabelecida. Vale ressaltar que o supracitado estado é composto por 224 municípios, dividido geograficamente, pelo IBGE em 1989, em 4 mesorregiões: Norte Piauiense, Centro Norte Piauiense, Sudeste Piauiense e Sudoeste Piauiense.

Em relação aos resultados do Ideb da rede pública em 2019, o Piauí possui apenas o 16º melhor resultado entre as unidades federativas do Brasil. Entre os estados da região Nordeste, o Piauí tem o segundo melhor resultado, o Ceará fica em primeiro.

Os municípios que formam a mesorregião de Centro-Norte e Sudeste Piauiense apresentam os melhores resultados do Ideb no estado, como pode ser observado na Figura 1.

FIGURA 1 – IDEB DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2019.



FONTE: TODOS PELA EDUCAÇÃO (2022).

Somente cinco municípios do Piauí registraram Ideb maior que 7. Bom Jesus, Oeiras e Teresina lideram o *ranking* do Ideb no Piauí. Bom Jesus registrou um crescimento de mais de um ponto percentual em relação ao levantamento anterior, quando ficou com a nota de 6,3. O município de Oeiras conseguiu evoluir rapidamente de uma média de 3 pontos no Ideb, em 2005, para 7,4 pontos em 2019.

Alguns municípios do Piauí não tiveram seus resultados do Ideb divulgados por causa do número insuficiente de participantes no Saeb, por solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410, de 3 de novembro de 2011, ou Portaria Inep nº 304, de 24 de junho de 2013, ou por não terem escolas na etapa de ensino indicada (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

A mesorregião Sudoeste Piauiense apresentou os piores resultados, com a grande maioria dos seus municípios com Ideb inferior a 5,5. Os quatro municípios com os menores Ideb do estado estão localizados nessa mesorregião. Alvorada do Gurguéia apresentou o menor Ideb do estado (3,2), como é mostrado no Quadro 2.

QUADRO 2 – MÉDIA DO INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO (INSE) DOS MUNICÍPIOS COM PIORES IDEB NA REDE MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ EM 2019.

Município	Ideb	Inse
<i>Alvorada do Gurguéia</i>	3,2	4,32
<i>Colônia do Gurguéia</i>	3,3	4,60
<i>Gilbués</i>	3,3	4,18
<i>Caracol</i>	3,4	4,04
<i>Curralinhos</i>	3,4	3,88
<i>Cristino Castro</i>	3,6	4,25
<i>Dirceu Arcoverde</i>	3,6	4,12
<i>Guaribas</i>	3,6	4,10
<i>Lagoa do Piauí</i>	3,6	4,20
<i>Parnaguá</i>	3,6	4,12

FONTE: Adaptada de INEP (2021).

Além das provas cognitivas do Saeb, são aplicados questionários contextuais, e com os dados dos questionários é mensurado o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), que combina dois elementos: a escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços da família. O nível socioeconômico é definido em oito categorias: “o Grupo 1 congrega as escolas com Inse médio mais baixo e o Grupo 8, com mais alto” (Brasil, Inep, 2015, p. 10). Comparando os resultados do Inse dos municípios do Piauí com as piores médias e as melhores médias no Ideb, verificou-se que tais municípios apresentaram valores muito semelhantes quando se trata

desse indicador, como pode ser observado no Quadro 3.

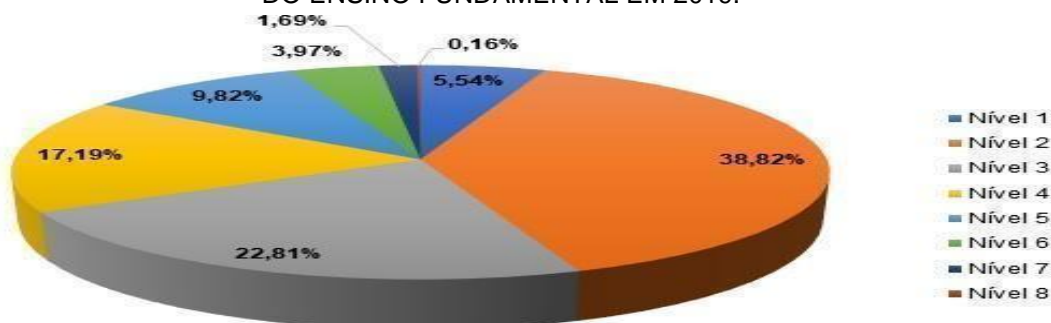
QUADRO 3 – MÉDIA DO INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO (INSE) DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES IDEB NA REDE MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ EM 2019.

Município	Ideb	Inse
Bom Jesus	7,5	4,50
Oeiras	7,4	4,15
Teresina	7,4	4,48
Domingos Mourão	7,3	3,95
São João da Canabrava	7,1	4,33
Buriti dos Montes	6,8	4,15
Castelo do Piauí	6,7	4,06
Simões	6,7	4,12
Lagoinha do Piauí	6,6	4,20
Piracuruca	6,5	3,82

FONTE: INEP (2021).

A maior parte dos municípios analisados pertencem ao Grupo 3. Neste caso, a maioria dos estudantes tem a mãe/responsável e o pai/responsável com o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupas, mas não possui computador, carro, garagem e aspirador de pó. Parte dos estudantes passa a ter também freezer e forno de micro-ondas. No Gráfico 3 é possível ver que 38,82% dos alunos estão classificados no nível 2.

GRÁFICO 3 – INSE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM 2019.



FONTE: Elaboração própria a partir de INEP (2021).

Dessa forma, quando se analisa todo o estado verifica-se que a maioria dos alunos das escolas municipais estão em um nível socioeconômico inferior ao nível 3. Os resultados do Inse ratificam as carências econômicas e à baixa escolaridade dos pais no estado do Piauí, quando se compara a outras unidades da federação, o estado tem a segunda menor média do Inse (4,17), ficando à frente apenas do estado do Maranhão (4,14), o estado de Santa Catarina (5,46) tem o Inse mais elevado do país.

Outros fatores colaboraram para o êxito da política educacional dos municípios piauienses com maiores Ideb, os fatores intraescolares têm sido um

grande diferencial nos resultados do Ideb, especialmente os aspectos relacionados aos professores, como é apontado na literatura.

Entre os motivos pelo fraco desempenho dos estudantes da rede pública no Brasil apontado pelo relatório do Banco Mundial, está a ineficiência dos professores, ou seja, a baixa qualidade dos professores que atuam na rede pública de ensino é o principal fator que restringe a qualidade da educação (KAMETANI, 2017).

Os municípios piauienses com as melhores médias no Ideb possuem um percentual de professores com curso superior maior do que os municípios com as piores médias. Tais municípios apresentam em sua maioria um percentual de professores com formação superior acima de 90%, com exceção de São João da Canabrava e Buriti dos Montes (Quadro 4).

QUADRO 4 – INDICADORES EDUCACIONAIS DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES MÉDIAS DO IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ EM 2019.

Município	Percentual de Docentes com curso superior em 2019	Percentual de Adequação da Formação Docente em 2019	Remuneração Média Docente em 2018 (R\$)
<i>Bom Jesus</i>	100	79,4	2.943,76
<i>Oeiras</i>	98,6	53,8	2.711,30
<i>Teresina</i>	92,7	87,7	4.376,50
<i>Domingos Mourão</i>	100	71,2	3.300,25
<i>São João da Canabrava</i>	66,7	54,0	1.725,27
<i>Buriti dos Montes</i>	69,2	61,9	3.102,18
<i>Castelo do Piauí</i>	94,3	65,5	3.084,45
<i>Simões</i>	95,6	62,9	2.965,86
<i>Lagoinha do Piauí</i>	96,3	74,6	2.133,29
<i>Piracuruca</i>	95,4	64,0	3.641,97

FONTE: INEP (2021).

Os municípios com piores Ideb, por sua vez, têm o percentual de docentes com formação superior menor que 90%. Outro fator divergente entre os municípios analisados, é o Indicador de adequação da formação do docente da educação básica, que classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na Educação Básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais).

Neste estudo, é trabalhado apenas os docentes com formação superior que lecionam na mesma disciplina de sua formação. Nesta categoria, os municípios com maiores Ideb têm os maiores percentuais de docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona. Nos municípios com menores Ideb, esse percentual é inferior

a 60% na maioria dos municípios, exceto Lagoa do Piauí (Quadro 5).

QUADRO 5 – INDICADORES EDUCACIONAIS DOS MUNICÍPIOS COM PIORES MÉDIAS DO IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DO ESTADO DO PIAUÍ.

Município	Percentual de Docentes com curso superior em 2019	Percentual de Adequação da Formação Docente em 2019	Remuneração Média Docente em 2018 (R\$)
<i>Alvorada do Gurguéia</i>	71,6	36,6	1.508,00
<i>Colônia do Gurguéia</i>	62,9	45,8	2.667,54
<i>Gilbués</i>	67,1	38,0	2.426,01
<i>Caracol</i>	80	36,5	3.886,86
<i>Curralinhos</i>	88,9	59,7	2.882,10
<i>Cristino Castro</i>	83,9	57,3	2.783,36
<i>Dirceu Arcoverde</i>	34,5	11,8	2.182,52
<i>Guaribas</i>	50,0	31,6	2.895,71
<i>Lagoa do Piauí</i>	89,5	73,8	3.948,66
<i>Parnaguá</i>	38,9	16,8	3.587,63

FONTE: INEP (2021).

Ao comparar a remuneração média mensal dos professores entre os municípios com piores e melhores médias no Ideb, verificou-se que não existe uma distância significativa entre eles. No caso de Teresina, um dos elementos centrais da política educacional que contribuíram para os resultados do Ideb, de acordo com a ONG Todos pela educação (2021), é a gestão pedagógica e as políticas de valorização e reconhecimento dos profissionais do Magistério.

A rede municipal de Teresina oferece amplo suporte pedagógico (incluindo currículo, materiais pedagógicos, avaliação e formação continuada) para os professores ensinarem de forma mais efetiva. Teresina também possui políticas de responsabilização⁵, que envolvem um elemento de reconhecimento, por mérito, no sistema de remuneração. Já em Domingos Moura, os professores são premiados com placas e bônus em dinheiro por assiduidade e pelos resultados obtidos pelos alunos (CORBUCCI; MATIJASCIC, 2019).

Os municípios de Oeiras e Domingos Mourão também priorizaram a dimensão pedagógica e a valorização dos professores, ofereceram cursos e atividades pedagógicas de forma regular e continuada, e os professores de ambas haviam participado desses processos de capacitação (CORBUCCI; MATIJASCIC, 2019).

O outro município que vem fomentando um trabalho de formação continuada

⁵ Freitas (2011) explica que “a ideia de responsabilizar os gestores educacionais pela qualidade da educação vem de longa data, mas no Brasil, em termos legais, começa a ganhar forma nesta década”, sendo impulsionada pelo que denomina “reformas educacionais empresariais”. De acordo com Barbosa e Vieira (2013), o atual cenário educacional caracterizado pelo foco nos resultados de avaliações padronizadas e no cumprimento de metas tem provocado alterações nas condições de trabalho docente e implicações no cotidiano escolar, como o aumento na demanda de trabalho, a competição entre escolas, o ranqueamento destas escolas e a alteração nas disposições e sentimentos dos profissionais da educação, que podem alterar inclusive sua saúde física e mental, devido à pressão por bons resultados.

em serviço dos professores e gestores é Cocal dos Alves, este avançou bastante no Ideb, não aparece entre as 10 melhores média do estado nos anos iniciais, mas o município se destacou pelo melhor Ideb do estado tanto nos anos finais do ensino fundamental e quanto no ensino médio (ALMENDRA, 2018).

Desde 2013, a gestão municipal de Cocal dos Alves incluiu os anos iniciais do Ensino Fundamental em seu quadro de prioridades, os resultados auferidos comprovam a eficácia das ações empreendidas em sala de aula. Comparando-se o Ideb entre 2011 e 2015 constatou-se um avanço significativo, ou seja, o Ideb em 2011, que era 4,3, saltou para 6,3 em 2015 (ALMENDRA, 2018).

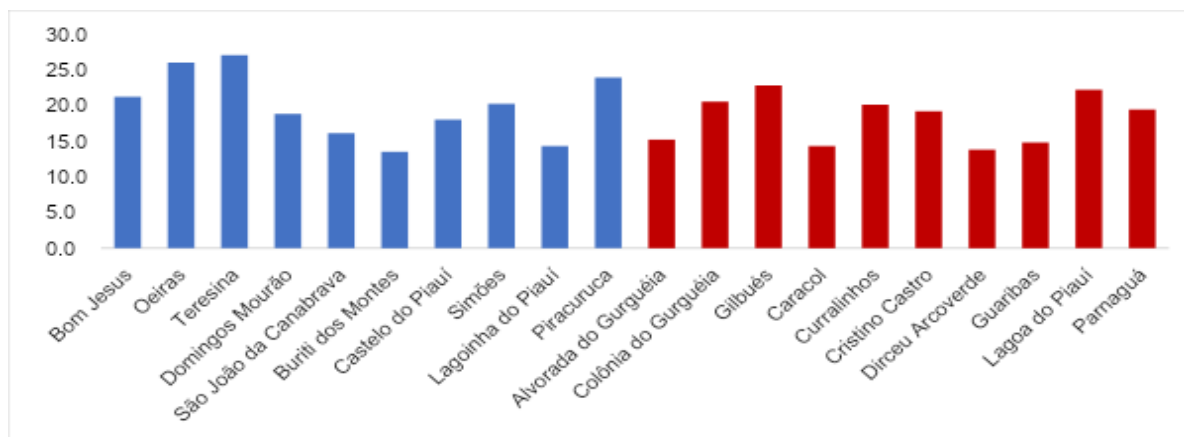
Cocal dos Alves, também se tornou nacionalmente conhecido pelo desempenho de seus estudantes em olimpíadas de matemática. Nas 15 edições da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), o Piauí já acumulou 92 medalhas de ouro. Desse total, 45 foram conquistadas por estudantes de Cocal dos Alves (ALMENDRA, 2018).

Assim, observa-se que o Piauí apresenta exemplos de sucesso que são reconhecidos nacionalmente, porém a desigualdade entre escolas ainda é presente no estado, e a educação não é tratado como prioridade em vários municípios, como é o caso de Parnaíba (CORBUCCI; MATIJASCIC, 2019).

Conforme Corbucci e Matijascic (2019), o município de Parnaíba ficou sob a gestão de um mesmo partido político por doze anos, muitas escolas foram sucateadas, o que levou a gestão atual a fechar unidades que não tinham condições mínimas de oferta de ensino, os índices do Ideb são bastante discrepantes entre as escolas da rede, não há acompanhamento do desempenho dos estudantes, e nem quaisquer formas de incentivo e premiações, com base no desempenho e nos resultados dos alunos, e a formação continuada de professores ainda não estava institucionalizada.

A quantidade média de horas-aulas diárias e média de alunos por turma são outros indicadores educacionais divulgados pelo Inep e que merecem atenção neste estudo. O Gráfico 1 apresenta média de alunos por turmas nos municípios com melhores e piores médias do Ideb.

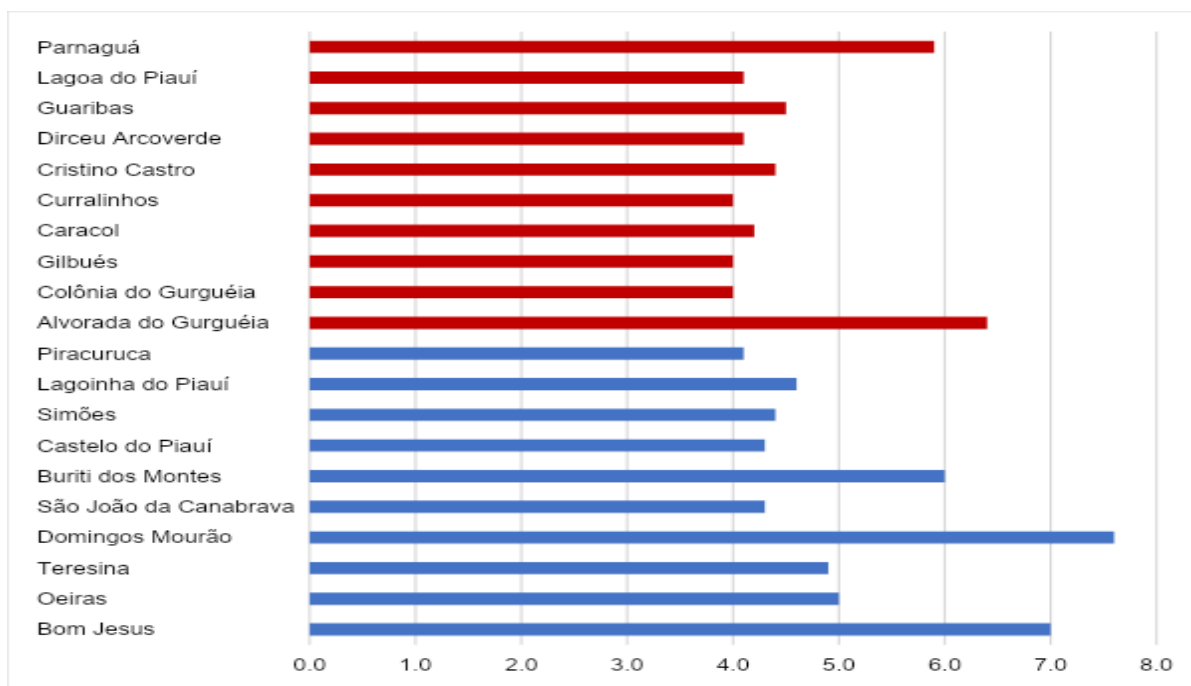
GRÁFICO 1 – QUANTIDADE MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA NOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO ESTADO DO PIAUÍ EM 2019.



FONTE: Elaboração a partir de INEP (2021).

Ao analisar a quantidade média de alunos por turma, não foi possível constatar uma diferença expressiva entre os municípios com melhores e piores Ideb. Fazendo um comparativo entre a média de horas aulas diárias entre os referidos municípios, constatou-se com os todos os municípios com melhores Ideb possuem uma média diária acima de 4 horas, já os municípios com piores Ideb, três possuem média diária igual a 4 horas, e sete tem média superior a 4 horas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – MÉDIA DE HORAS-AULAS DIÁRIAS DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO ESTADO DO PIAUÍ EM 2019.



FONTE: Elaboração a partir de INEP (2021).

Assim, não é possível afirmar que o fato de ter uma média maior de horas de aula é fator determinante para explicar o Ideb, já que a maioria dos municípios com piores Ideb tem escolas com mais de 4 horas de aulas diárias e não apresentaram uma diferença expressiva em relação aos municípios com maiores Ideb.

CONCLUSÃO

Na literatura nacional e internacional, diversos estudos foram realizados para identificar a relação entre o desempenho dos estudantes em avaliações externas em larga escala com fatores ligados à escola, aos estudantes e às famílias. No caso do Brasil, o Ideb, mesmo com suas limitações, tem sido muito utilizado nas pesquisas educacionais para representar o desempenho dos estudantes da educação básica.

Nesta perspectiva, não se pode colocar toda a explicação do que se poderia chamar de qualidade da escola neste indicador, pois ele possui uma série de limitações, especialmente por não contemplar outras áreas do conhecimento. O Ideb é um instrumento válido, mas precisa ser aperfeiçoado.

Os últimos dados mostram que o Piauí vem apresentando uma evolução importante no Ideb. Apesar de apresentar um dos piores indicadores socioeconômicos do país, o estado conseguiu alcançar todas as metas projetadas nos anos iniciais do ensino fundamental, desde o início da série histórica do Ideb, porém, seus resultados ainda estão abaixo da média nacional e a desigualdade entre escolas ainda é presente no estado.

Os municípios de Teresina, Bom Jesus e Oeiras lideram o *ranking* do Ideb no estado. Nota-se que o Piauí apresenta exemplos de sucesso que são reconhecidos nacionalmente, como é o caso de Cocal dos Alves, município que avançou bastante no Ideb, e que se tornou nacionalmente conhecido pelo excelente desempenho de seus estudantes nas olimpíadas de matemática.

Por meio dessa breve análise, foi possível comparar os principais indicadores educacionais do Inep dos municípios com melhores e piores Ideb do estado Piauí, constatou-se que a formação superior dos professores e a adequação da formação docente foram fatores determinantes para explicar a divergência dos resultados do Ideb entre os referidos municípios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.C.; DALBEN, A.; FREITAS, L.C. O Ideb: limites e ilusões de uma política

educacional. **Educação & Sociedade**, v.34, n.125, p.1153-1174, 2013.

ALMENDRA, J. **Educação de qualidade, na escola pública, é possível**. São Paulo: Instituto de Qualidade de Ensino, 2018.

BECKER, G. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. Nova Iorque: NBER/Columbia University Press, 1964.

BECKER, G. S. **Reflections on the economics of education**. In: HANUSHEK, E. A.; MACHIN, S.; WOESSMANN, L. (Orgs.). *Handbook of the Economics of Education (Book 4)*. 1. ed. United States of America: North Holland, 2011. p. 11 14.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (Inep). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014 - (Versão preliminar)**. – Brasília: INEP/MEC, 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014 - 2016**. Brasília, DF: Inep, 2016.

_____. **Lei n. 12.796**, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

CORBUCCI, P. R.; MATIJASCIC, M. **Relatório de pesquisa de campo: Secretarias Municipais de Educação do Piauí: Domingos Mourão, Parnaíba e Teresina**. Brasília, DF: IPEA, 2019.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. **Capital intelectual**. Descobrimo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A; P. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas**. Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Tradução . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREITAS, L.C. Lei de responsabilidade educacional? **Com Ciência**: revista eletrônica de jornalismo científico, Campinas, v. 132, out. 2011.

GARCIA, P. S. et al. Desempenho escolar: uma análise do IDEB dos municípios da região do ABC. **Rev. Elet. Educ. [online]**. 2016, vol.10, n.2, pp.95-114.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Nota Técnica do Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)**. Brasília: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

_____. **Resumo técnico resultados do índice de desenvolvimento da educação básica (Versão preliminar)**. – Brasília: INEP/MEC, 2020.

_____. **Sinopses estatísticas do Censo da Educação Básica 2018**. Brasília, DF, 2019.

KAMETANI, M. Y. **Uma análise sob o índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB nos municípios do Estado do Paraná**. 2017. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

KELNIAR, V. C.; LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. **A teoria do capital humano: revisitando conceitos**. Campo Mourão: 2013.

LOMBARDI FILHO, S. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. O impacto da violência nas escolas sobre a proficiência estudantil: uma análise para as capitais nordestinas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 3, p. 95-112, jul./set., 2017.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun., 2014.

MINCER, J. **Schooling, Experience, and Earnings**. NY:Columbia University, 1974.

MURNANE, RICHARD J & WILLETT, JOHN B & LEVY, FRANK, 1995. "The Growing Importance of Cognitive Skills in Wage Determination," **The Review of Economics and Statistics**, MIT Press, vol. 77(2), pages 251-266, May.

PASCHOALINO, J. B.; FIDALGO, F. A lógica brasileira da avaliação: impactos no currículo escolar a partir do sacrossanto IDEB. **Educação, Sociedade & Cultura**, n. 34, 2011, 103-116.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2021.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, v. 51, p.01-17, Mar., 1961.

SILVA, S.; ADRIÃO, T.; ALMEIDA, L.R. "Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí pós Instituição do Fundeb no Brasil". **Fineduca**: revista de financiamento de educação. Porto Alegre, RS, v. 10, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação que dá certo**: O caso de Teresina (PI). São Paulo: Todos Pela Educação, 2021.

_____. **Panoramas Estaduais**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022.

_____. **Um olhar sobre o Ideb 2019**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2020.

WALTENBERG, F. D. Teorias econômicas de oferta de educação: evolução histórica, estado atual e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 117-136, jan./abr. 2006.